

CONTRATO DIPRE/ 64.2016

CONTRATO QUE CELEBRAM A COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP E A EMPRESA J.A. SILVA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS ME, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA ADMINISTRATIVA E DE MANUTENÇÃO PARA O TERMINAL PESQUEIRO PÚBLICO DE LAGUNA, PELO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, TUDO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL E APENSOS.

Por este instrumento que entre si celebram, de um lado, a COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, a seguir denominada apenas "CODESP", inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.837.524/0001-07, com sede nesta cidade, na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves s/nº, Portão 23, bairro do Macuco, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. José Alex Botelho de Oliva e, de outro lado, a empresa J.A. Silva Construções e Montagens ME inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.683.873/0001-98, adiante designada simplesmente "CONTRATADA", com sede na cidade Guarulhos, na rua Aragoiania, n.º 153, bairro Vila Barros, CEP 07.193-120 representada, neste ato, por seu Diretor, Sr. Jaime Alexander Silva, fica justa e acordada, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer, para a CODESP, na modalidade de menor preço global, referente ao Pregão Eletrônico n.º 26/2015, objetivando a Contratação de empresa para a prestação dos serviços de mão-de-obra administrativa e de manutenção para o Terminal Pesqueiro Público de Laguna, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, tudo em conformidade com o Edital e apensos e na "Proposta Comercial", da Contratada, datada de 10/05/2015, as quais, para todos os efeitos, ficam fazendo parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, naquilo que não conflitarem com as

presentes disposições, com as do Edital e apensos do Pregão Eletrônico supracitado, com as da Lei n.º 8.666/93, respeitadas, no que couber, as suas alterações.

Parágrafo Único

A prestação dos serviços, objeto do presente Contrato, deverá atender a todas as exigências contidas no “Termo de Referência”, Apenso II do Edital, do Pregão supracitado.

SEGUNDA – PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para execução dos serviços objeto deste contrato presente é de 24 (vinte e quatro) meses iniciando-se após assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

TERCEIRA - VALOR

O valor global para o presente contrato é de **R\$ 2.439.900,00** (Dois milhões e quatrocentos e trinta e nove mil e novecentos reais), no qual já se acham incluídos todos os ônus fiscais e sociais que, direta ou indiretamente, decorrerem do cumprimento do presente Contrato, bem como aqueles previstos na Lei nº 8.666/93, no Edital e no “Termo de Referência”, Apenso II do Edital, do Pregão supracitado, preço esse resultante do somatório dos valores consignados na “Planilha de Preços” da CONTRATADA, a qual, rubricada pelas partes, passa a integrar o presente instrumento contratual.

QUARTA - PAGAMENTO

Os pagamentos serão mensais e serão fechados todo dia 20, abrangendo os serviços executados a partir do dia 20 do mês anterior até o dia 19 do mês em curso, conforme item 14 (Critérios de Pagamento) do Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro

A CODESP deverá reter, quando for o caso, os encargos a que se refere o disposto no art. 31 da Lei Federal nº 8.212/1991, com a nova redação pela Lei Federal nº 9.711/1998.

Parágrafo Segundo

A execução dos serviços, objeto deste Contrato, está sujeita à retenção de impostos conforme legislação vigente, no mês da execução dos serviços, objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro

Para os fins do art. 40, inciso XIV, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93, o desembolso máximo estimado corresponderá àquele constante da “Proposta Comercial” da Contratada, e de acordo com o Cronograma de Desembolso Financeiro da CODESP.

Parágrafo Quarto

A CONTRATADA ficará obrigada a apresentar a fatura mensal devidamente acompanhada do demonstrativo das respectivas despesas, bem como, apresentar original ou cópias autenticadas das últimas guias de recolhimento do INSS, do FGTS e do ISS (quando for o caso) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para liberação das faturas/notas fiscais mencionadas no “caput” desta cláusula, em conformidade com o item 16 do Edital, sem as quais a(s) fatura(s) poderão ser devolvidas.

QUINTA - REAJUSTE

Respeitada a periodicidade mínima de 1 (um) ano contado a partir da data da assinatura do presente Contrato, os preços contratuais poderão ser objeto de reajuste, até o limite da variação constante na Convenção Coletiva de Trabalho das Categorias envolvidas, devidamente homologada pela DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO – DRT, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0) \times P}{I_0}$$

Onde:

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços;

b) para os reajustes subsequentes;

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado.

P = preço dos serviços/produtos atualizados até o último reajuste efetuado.

Parágrafo Único

Na hipótese do índice de reajuste ser definitivamente extinto, este será substituído pelo que o suceder.

SEXTA – CAUÇÃO DE GARANTIA

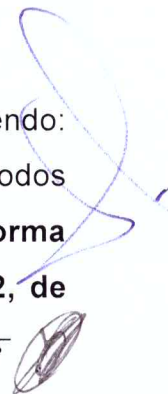
Para garantia de cumprimento e completo atendimento às presentes disposições, a CONTRATADA prestará caução de garantia, no importe correspondente a **1%** (um por cento) do valor global deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

A garantia do **Contrato** deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

a) em dinheiro (**moeda corrente**);

b) em fiança bancária, apresentada obrigatoriamente na via original, contendo: subscrição de 2 (duas) testemunhas, firmas reconhecidas em Cartório de Notas de todos os signatários (inclusive das testemunhas) – **exceto aquelas apresentadas em forma eletrônica por certificação digital, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de**



24/08/2001 – renúncia expressa, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10/01/2002); e prazo de validade (duração) idêntico ou superior ao do Contrato;

c) em seguro-garantia, apresentado obrigatoriamente na via original da respectiva apólice, **juntamente com o comprovante de pagamento do respectivo prêmio;**

d) em Títulos da Dívida Pública da União, devendo ser apresentada carta de custódia bancária à ordem da CODESP.

OBS.:

*1) Nas hipóteses das alíneas “b” e “d”, acima, os representantes do estabelecimento bancário terão de apresentar cópia autenticada da **Procuração**, habilitando-os a assinarem o referido documento.*

2) O não atendimento das solicitações acima em sua totalidade, implicará na desclassificação da licitante.

Parágrafo Segundo

A garantia deverá ser entregue nos locais abaixo determinados, que emitirão os respectivos recibos:

a) na modalidade estabelecida na alínea “a”:

Na Gerência de Tesouraria (GFT) da CODESP, localizada na Praça Cândido Grafrée, s/nº (ao lado do Portão/Gate nº 7), no Edifício “Engº José Armando Pereira”, bairro do Paquetá, Santos/SP, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00; e

b) nas modalidades estabelecidas nas alíneas “b”, “c” e “d”: No Protocolo Geral da CODESP, localizado no andar térreo do prédio ao lado do Edifício-Sede da Presidência da CODESP, na Av. Conselheiro Rodrigues Alves s/nº, andar térreo (entrada pelo Portão nº 23), bairro do Macuco, Santos/SP.



Parágrafo Terceiro

O montante caucionado só será devolvido à CONTRATADA após o término do prazo de vigência contratual, sem responsabilidade da CODESP, por qualquer compensação pela mora de devolução, deduzindo-se, dele, eventuais créditos em favor da mesma CODESP.

SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

A fiscalização pela CODESP do cumprimento às presentes disposições contratuais será definida pela Administração do Terminal Pesqueiro Público de Laguna - TPPL, doravante denominados simplesmente Fiscalização, que terá amplos poderes para inspecionar e acompanhar os serviços, sem prévio aviso, cuja atuação ou falta desta, não excluirá nem mesmo reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros, devendo a mesma CONTRATADA comunicar imediatamente, a estes representantes, qualquer paralisação ocorrida nos serviços.

Parágrafo Primeiro

Todas as instruções, reclamações e quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas devidas ocasiões, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou reclamações verbais.

Parágrafo Segundo

A Fiscalização poderá sustar ou mandar refazer quaisquer serviços que não atendam às especificações e demais requisitos previstos neste Contrato, sendo que, qualquer falha de execução dos serviços importará na notificação da CONTRATADA, para que regularize a situação, sob pena de, não o fazendo, ser declarada inidônea, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

A CONTRATADA obriga-se a retirar ou afastar dos serviços qualquer empregado, contratado ou preposto que, a critério da Fiscalização, for julgado prejudicial à disciplina

observada nas dependências do Porto de Santos, sem responsabilidade ou ônus para a CODESP.

Parágrafo Quarto

Das decisões da Fiscalização caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao Gestor deste Contrato, desde que apresentado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação.

OITAVA - RESPONSABILIDADES

O fato de haver fiscalização exercida pela CODESP sobre a prestação de serviços e elaboração de relatórios, objetos deste instrumento contratual, não significa que fique retirada, nem mesmo reduzida, a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pela perfeita execução dos mesmos, dentro do regime legal brasileiro, obrigando-se a Contratada a corrigir o que tenha feito em desacordo com o estabelecido neste instrumento, bem como a indenizar por faltas, erros ou prejuízos que causar a CODESP e/ou terceiros.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, sem expressa autorização da CODESP, a prestação dos serviços, autorização essa que, se concedida, não retirará nem diminuirá a exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo

Além das obrigações exigidas no Termo de Referência, Apenso II, a CONTRATADA deve também:

- a) Executar todos os serviços previstos obedecendo rigorosamente, além das técnicas e práticas mais recomendáveis para cada caso, as normas aplicáveis;
- b) Obedecer às prescrições legais que couberem e atender aos regulamentos que a CODESP mantém na zona portuária;



- c) Manter seus funcionários uniformizados e calçados adequadamente, portando cartão de identidade (crachá);
- d) Observar, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 26/2015.

Parágrafo Terceiro

Ficará a cargo da CONTRATADA solicitar junto à CODESP e às demais autoridades do Porto, as licenças e autorizações necessárias para o ingresso na faixa portuária, visando o atendimento deste Contrato.

Parágrafo Quarto

Constitui, ainda, obrigação da CONTRATADA — intransferível à CODESP, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 —, atender a todos os encargos decorrentes da legislação fiscal, social, comercial, previdenciária e trabalhista, assumindo, a mesma CONTRATADA, inteira e exclusiva responsabilidade, para todos os efeitos legais, por todo seu pessoal, como única empregadora, reconhecendo expressamente que, em hipótese alguma se estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a CODESP.

Parágrafo Quinto

Os danos materiais ou pessoais que porventura venham a decorrer dos serviços executados, pela CONTRATADA, são de sua inteira responsabilidade, obrigando-se a mesma CONTRATADA a repará-los imediatamente.

NONA - OBRIGAÇÕES DA CODESP

- a) Prestar os esclarecimentos para a execução dos serviços, os quais devem ser feitos com a antecedência necessária.
- b) Notificar por escrito e com antecedência, qualquer débito por ventura, existentes (multa, danos causados e outros).



- c) Notificar por escrito, sobre as irregularidades ou falhas, que por ventura venham a ser encontradas no decorrer da execução do objeto contratual. A ausência de comunicação por parte da CODESP, referente às irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Contrato e seus anexos.
- d) Emitir e fornecer autorização/identificação para a entrada de seus empregados designados para a execução dos serviços, objeto do Contrato.

DÉCIMA - PENALIDADES

Na vigência deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em Lei, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) multa de 0,5% (meio por cento) do valor global da contratação, por dia de atraso na entrega dos materiais nas dependências da CODESP, e/ou, na conclusão dos serviços solicitados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado e aceito pela CODESP;
- b) multa de até 2% (dois por cento) do valor global do Contrato, pela infração ou não atendimento de quaisquer outros dispositivos ou exigências contratuais;
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CODESP, por prazo de até 02 (dois) anos, pela inexecução total ou parcial do Contrato, além de citação no SICAF/COMPRASNET.
- d) As penalidades previstas nas alíneas a, b e c, poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que tomar ciência.
- e) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- f) Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado a Adjudicatária o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro

As multas serão aplicadas pelo Gestor deste Contrato, juntamente com a sua chefia imediata, e deverão ser depositadas na Tesouraria da CODESP, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da correspondente notificação.

Parágrafo Segundo

De qualquer multa imposta a CONTRATADA poderá, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do recolhimento correspondente, apresentar recurso ao Diretor-Presidente da CODESP.

Parágrafo Terceiro

A devolução das quantias recolhidas a título de multa, em caso de provimento do recurso será efetuada sem responsabilidade da CODESP por juros, correção monetária ou acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Quarto

As penalidades aqui estabelecidas não excluem outras previstas neste Contrato ou em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à CODESP e/ou a terceiros, em consequência de inadimplemento contratual.

DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de pleno direito pela CODESP, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos e/ou na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas em lei:

- a) Se a execução dos serviços a que este se refere for transferida a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CODESP;
- b) Se a CONTRATADA falir ou for liquidada judicial ou extrajudicialmente;
- c) Se a CONTRATADA, tendo sido multada, deixar de recolher o montante da multa, de conformidade com o determinado na Cláusula Décima deste Contrato;
- d) Se a CONTRATADA impedir ou dificultar a ação da Fiscalização;
- e) Se a CONTRATADA deixar de cumprir quaisquer das cláusulas, condições ou exigências estabelecidas no presente Contrato, no Edital e no "Termo de Referência", Apenso II, do Pregão Eletrônico nº 26/2015.
- f) Se a CONTRATADA não renovar a caução de garantia contratual.



Parágrafo Primeiro

No caso deste Contrato vir a ser rescindido por culpa da CONTRATADA, a caução por ela prestada reverterá em favor da CODESP, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Contrato. Por outro lado, se tal rescisão provocar danos à CODESP e/ou a terceiros, será promovida a responsabilidade da CONTRATADA, visando ao ressarcimento desses danos.

Parágrafo Segundo

Fica facultado à CODESP, em não optando pela rescisão, o direito de suspender a execução do Contrato e sustar o pagamento de faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra, integral e satisfatoriamente, a condição contratual infringida.

Parágrafo Terceiro

Não havendo culpa da CONTRATADA e se a CODESP julgar necessário rescindir o presente instrumento contratual, serão pagos os serviços porventura executados, bem como devolvida a caução de garantia, com o que a CONTRATADA, reconhecendo os direitos da CODESP, concorda expressamente.

DÉCIMA SEGUNDA - VIGÊNCIA

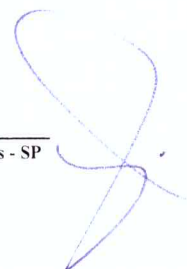
O presente Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura pelas partes.

DÉCIMA TERCEIRA - FORO

O Foro competente para ajuizar qualquer questão oriunda deste instrumento contratual é o de Santos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DÉCIMA QUARTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente Contrato serão resolvidos pela CODESP, tendo por base a Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couberem, suas alterações.



DÉCIMA QUINTA - GESTÃO DO CONTRATO

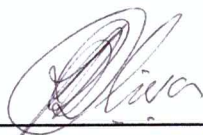
A gestão administrativa do presente Contrato ficará a cargo da Administração do Terminal Pesqueiro Público de Laguna - TPPL da CODESP, que designará representante para gerenciar, supervisionar, aprovar os serviços e materiais fornecidos.

DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários a presente contratação estão previstos no Programa de Dispêndios Globais – PDG da CODESP.

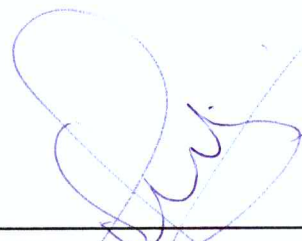
E por estarem de acordo, CODESP e Contratada assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Santos, 10 de junho de 2016.



José Alex Botelho de Oliva
DIRETOR-PRESIDENTE

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO – **CODESP**



Jaime Alexander Silva
DIRETOR


J.A. SILVA CONSTRUÇÕES E
MONTAGENS ME

TESTEMUNHAS:

1 

Nome: ANTONIO B. FIDALGO

RG: 7-112523

2 

Nome: VLADIMIR LAMAS

RG: 16839-873